



## **1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão**

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

Administração Superior e Administração Acadêmica.

### **1.1 Administração Superior**

A Administração Superior da Universidade é exercida através dos seguintes órgãos:

**Conselho Universitário (CONSUNI):** O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;

**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE):** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

**Conselho de Curadores:** O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;

**Reitoria:** Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

### **1.2 Estrutura Orgânica da Reitoria**

#### **1.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor**

- Gabinete
- Procuradoria Geral

#### **1.2.2 Órgãos de Assessoramento ao Reitor**

- Auditoria Geral
- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Coordenadoria de Concursos
- Ouvidoria Geral
- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

#### **1.2.3 Órgãos de Planejamento e Administração**

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



---

## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Superintendência de Hospitais Universitários
- Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental

### 1.2.4 Órgãos de Atividades Específicas

- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

### 1.2.5 Órgãos Suplementares

- Biblioteca Universitária
- Memorial da UFC
- Museu de Arte
- Seara da Ciência
- Secretaria de Acessibilidade
- Secretaria de Cultura Artística
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria de Governança

## 1.3 Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos.

### 1.3.1 Centros, Faculdades e Institutos

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia
- Faculdade de Direito
- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina



---

## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual

### 1.3.2 Unidades no Interior do Estado

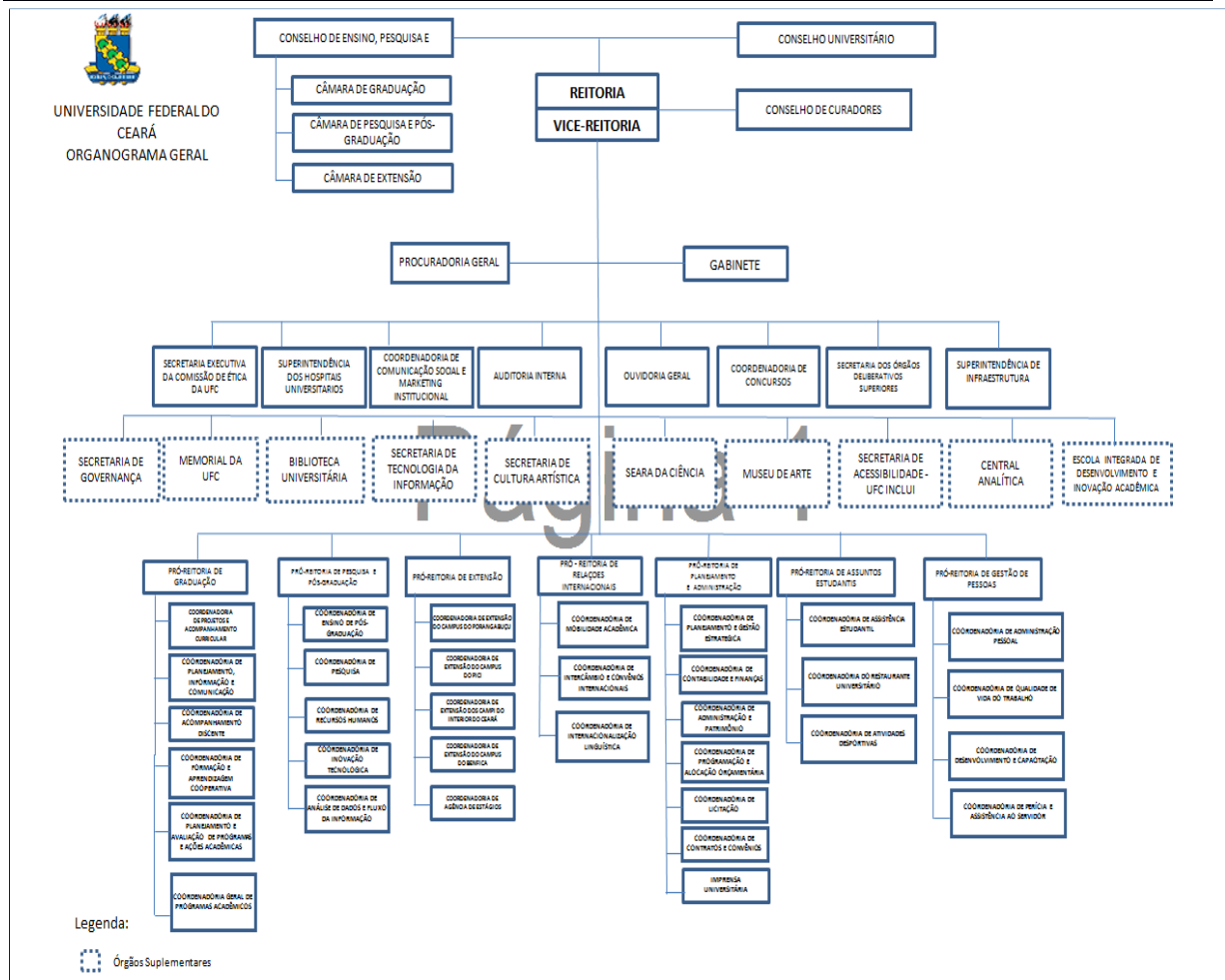
- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral
- A Administração Superior criou uma estrutura acadêmico-administrativa diferenciada nas unidades acadêmicas do Interior do Estado. A opção foi de não criar departamentos; portanto, as unidades acadêmicas são os próprios campi, constituídos pelas coordenações dos cursos existentes.
- A administração dos campi do Interior do Estado, dos institutos e dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:
  - Conselho do Campus (Unidades do Interior do Estado)
  - Conselho de Centro ou Conselho Departamental (nas Faculdades)
  - Diretoria
  - Vice - Diretoria
  - Secretaria
  - Coordenação de Cursos de Graduação
  - Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

## 2. Organograma Funcional

Em relação ao organograma funcional, apresentam-se abaixo os organogramas relativos às unidades administrativas e às unidades acadêmicas, em separado. Quanto às atribuições e competências das subunidades da UFC são descritas no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no *link*: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/regimento\\_reitoria/regimento\\_reitoria.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf)



**Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**



1 De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

"Art. 28. A UFC terá 7 (sete) Pró-Reitorias destinadas a atuação nas áreas a seguir discriminadas"

Unidades	Competências	Titular	Cargo
<b>Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis</b>	Compete promover e assistir a comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar os programas assistenciais dirigidos a essa comunidade, através das atividades desenvolvidas.	Prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
<b>Pró-Reitoria de Extensão</b>	Compete promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará.	Prof.ª Márcia Maria Tavares Machado	Pró-Reitora de Extensão
<b>Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas</b>	Compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar todas as atividades inerentes à administração e desenvolvimento de recursos humanos da Universidade Federal do Ceará	Pró-Reitora: Marilene Feitosa Soares	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
<b>Pró-Reitoria de Graduação</b>	Compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes à formação de graduação, garantindo sempre a articulação com as Coordenações dos Cursos, Departamentos e Unidades Acadêmicas	Pró-Reitor: Prof. Cláudio de Albuquerque Marques	Pró-Reitor de Graduação
<b>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Compete programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito da Universidade, através das seguintes unidades.	Pró-Reitor: Prof. Antônio Gomes de Souza Filho	Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

<b>Pró-Reitoria de Relações Internacionais</b>	Compete promover e coordenar as relações da Universidade com instituições estrangeiras de educação, ciência e cultura, bem como oferecer o suporte necessário à execução de convênios e acordos internacionais através das atividades desenvolvidas pelas unidades que lhe são subordinadas.	Prof. José Soares de Andrade Júnior	Pró-Reitor de Relações Internacionais
<b>Pró-Reitoria de Planejamento e Administração</b>	Elaborar gestão e avaliação do planejamento, orçamento, modernização administrativa, estatística e informática. A gestão do orçamento se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, gestão de contratos firmados com terceiros e a Imprensa Universitária (IU).	Prof. Almir Bittencourt da Silva	Pró-Reitor de Planejamento e Administração

## 2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

<b>Unidades</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>
<b>Superintendência dos Hospitais Universitários</b>	?	Prof. José Luciano Bezerra Moreira	Superintendente dos Hospitais Universitários
<b>Superintendência de Infraestrutura</b>	Compete supervisionar, coordenar, gerir e controlar as atividades relacionadas com projetos, obras, manutenção, recuperação e atividades auxiliares no âmbito da Universidade.	Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos	Superintendente de Infraestrutura
<b>Biblioteca Universitária</b>	Compete prover a Universidade Federal do Ceará de um sistema central de informação, de forma a proporcionar serviços biblioteconômicos e documentais eficientes que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Francisco Jonatan Soares	Diretor da Biblioteca Universitária
<b>Memorial da UFC</b>	Tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-las e difundi-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio universitário de forma compartilhada.	Marcela Gonçalves Teixeira	Coordenadora de Memorial da UFC
<b>Museu de Arte</b>	Compete programar, dirigir e desenvolver atividades no campo das artes plásticas, no âmbito da UFC, objetivando a preservação, enriquecimento e difusão do seu acervo de produções artísticas e estimulando a participação da comunidade no que diz respeito à produção e à preservação cultural a partir de uma política educativa - cultural permanente, voltada para a valorização dos bens culturais regionais.	Prof. Pedro Eymar Barbosa Costa	Diretor DE Museu de Arte
<b>Seara da Ciência</b>	Compete fazer a divulgação científica e tecnológica da Universidade Federal do Ceará. Procura estimular a curiosidade pela ciência, cultura e tecnologia, mostrando suas	Prof. Marcus Raimundo Vale	Diretor da Seara da Ciência





### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Faculdade de Direito		Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque	Diretor da Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo		Prof. Augusto César de Aquino Cabral	Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo
Faculdade de Educação		Prof. <sup>a</sup> Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca	Diretora da Faculdade de Educação
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem		Prof. <sup>a</sup> Lidiany Karla Azevedo	Diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia, e Enfermagem
Faculdade de Medicina		Prof. <sup>a</sup> Valéria Goês Ferreira Pinheiro	Diretora da Faculdade de Medicina
Campus de Sobral		Prof. Vicente de Paulo Teixeira Pinto	Diretor do Campus de Sobral
Campus de Quixadá		Prof. Davi Romero de Vasconcelos	Diretor do Campus de Quixadá
Campus de Crateús		Maria Elias Soares	Diretor do Campus de Crateús
Campus de Russas		Prof. Lindberg Lima Gonçalves	Diretor do Campus de Russas
Instituto de Ciências do Mar		Prof. <sup>a</sup> Ozilea Bezerra Menezes	Diretora do Instituto de Ciências do Mar
Instituto de Cultura e Arte		Prof. Sandro Thomaz Gouveia	Diretor do Instituto de Cultura e Arte
Instituto de Educação Física e Esportes		Prof. Antônio Barroso Lima	Diretor do Instituto de Educação Física e Esportes
Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual		Prof. Mauro Cavalcante Pequeno	Diretor do Instituto Universidade Virtual -UFC Virtual

### 3. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis apresentam as informações da Unidade Gestora 153045 – Universidade Federal do Ceará; e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)



---

## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

### V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

#### 4. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

##### a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

##### c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e





---

### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### h) Intangível



---

### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.



---

**Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**

---

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



---

## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

### n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

## 5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir são apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial com variações mais relevantes durante o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

### 5.1 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. No ano de 2017, foi formada comissão permanente de avaliação de bens móveis que passou a, para os bens adquiridos de forma gratuita, realizar avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Em 31/12/2017, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.014.823.519,86 relacionados ao imobilizado.

### 5.1.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2017 totalizavam R\$ 206.157.450,91 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 1 – Bens Móveis – Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	73.260.329,19	76.037.735,64	-3,65%
Bens de Informática	31.707.916,88	30.840.785,79	2,81%
Móveis e Utensílios	37.865.727,25	40.158.862,74	-5,71%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	86.735.441,86	85.884.009,27	0,99%
Veículos	19.283.291,19	18.992.675,53	1,53%
Bens Móveis em Andamento	650.182,73	1.483.048,51	-56,16%
Armamentos	2,00	0,00	100,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	96.449,58	167.306,58	-42,35%
Demais Bens Móveis	264.385,89	269.634,29	-1,95%
Depreciação / Amortização Acumulada	-43.706.275,66	-36.975.263,80	18,20%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>206.157.450,91</b>	<b>216.858.794,55</b>	<b>-4,93%</b>

Fonte: SIAFI 2017 e SIAFI 2016.

Dos Bens Móveis registrados na UFC, 42,07% referem-se a Material Cultural, Educacional e de Comunicação. Dentro deste grupo, o valor mais relevante é referente a Obras de Arte e Peças para Exposição, totalizando R\$ 58.967.595,94, que representa 28,60% do total de bens móveis.

A maior variação durante o exercício de 2017 ocorreu com o grupo dos Bens Móveis em Andamento, que se explica pela transferência do saldo da conta transitória de Importações em Andamento para as contas de Bens Móveis definitivas por ocasião da regularização da situação de bens adquiridos através de importação.

No primeiro semestre de 2017, foram realizados ajustes contábeis decorrentes do trabalho de inventário/reavaliação. Esses ajustes foram os responsáveis por variações dos saldos tanto dos Bens Móveis como dos Semoventes e Equipamentos de Montaria, que sofreram redução de 42,35% na comparação do saldo final do mês de dezembro de 2017 com o de dezembro de 2016. Os demais grupos não sofreram variações relevantes no período.

### 5.1.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2017 totalizavam cerca de R\$ 809 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Bens Imóveis – Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Bens de Uso Especial	691.124.296,10	679.494.782,19	1,71%
Bens Imóveis em Andamento	121.725.084,89	112.883.497,25	7,83%
Instalações	592.287,38	203.138,00	191,57%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-4.775.599,42	-960.615,71	397,14%
<b>Total</b>	<b>808.666.068,95</b>	<b>791.620.801,73</b>	<b>2,15%</b>

Fonte: SIAFI 2017 e SIAFI 2016.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 85% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de R\$ 691 milhões em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme se pode observar na tabela a seguir.

Durante o terceiro trimestre de 2017, foram realizadas reclassificações de bens imóveis. Os bens classificados na conta Outros Bens Imóveis de Uso Especial foram transferidos para a conta Imóveis de Uso Educacional. Essa alteração foi feita conforme orientação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e teve como objetivo reclassificar bens que se encontravam registrados em contas genéricas do tipo “outras”.

#### Bens de Uso Especial – Composição

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	5.489.200,01	5.489.200,01	0,00%
Terrenos, Glebas	198.290.627,96	198.525.257,50	-0,12%
Imóveis de Uso Educacional	453.134.868,38	383.870.320,01	18,04%
Edifícios	26.449.934,73	26.449.934,73	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.483.853,87	58.884.258,79	-97,48%
<b>Total</b>	<b>691.124.296,10</b>	<b>679.494.782,19</b>	<b>1,71%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

#### (a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Universidade Federal do Ceará têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no Manual de Gestão Patrimonial da UFC, disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

##### (a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver



---

## **Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**

---

alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

### **(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A partir do mês de agosto de 2017, até o encerramento do exercício, não foi registrada a depreciação dos bens móveis. Isto ocorreu em função da migração de Sistema de Controle Patrimonial. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) vem trabalhando na adequação das rotinas no novo Sistema para corrigir inconsistências no cálculo da depreciação e no Relatório Mensal de Bens(RMB), que dá suporte ao registro da depreciação e conciliação dos valores contábeis, com o sistema de gestão patrimonial. O principal causador dessas inconsistências foi o fato de a UFC já ter realizado reavaliação dos bens móveis. O sistema anterior já se encontrava adaptado à reavaliação, já o novo sistema está sendo parametrizado para tratar corretamente os dados da reavaliação.

### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que, por sua vez, é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### 5.1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o ano de 2017 que tiveram como contrapartida contas do ativo imobilizado.

Tabela 3 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Imobilizado			
	R\$Conta Contábil	Descrição da Movimentação	VALOR
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIAÇÃO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIAÇÃO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNÇÃO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-750





**Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**

123110113	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	45.302,00
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-500
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-3.500,00
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-5.950,00
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DE 269 RACKS DE INFORMATICA. NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 O VALOR DOS BENS FOI INFORMADO COM O ERRO. O VALOR FOI CORRIGIDO NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL (VALOR CORRETO DO AJUSTES DE REAVALIACAO: 291.832,11, VALOR CONSTANTE NA PLANILHA INICIAL: 3.006.132,11).	-2.714.300,00



**Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**

123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-236.667,42
123110900	ARMAMENTOS	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICAOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	2
123111000	SEMOVENTES	CORRECAO DOS VALORES BAIXADOS A MAIOR NO ANO DE 2016.	2.200,00
123119999	OUTROS BENS MOVEIS	REAVALIACAO DE BENS LOCALIZADOS DURANTE A REALIZACAO DE INVENTARIO, FEITO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014, EM VIRTUDE DO CONTRATO: 07/2014. OS BENS ENCONTRAVAM-SE BAIXADOS NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL E NO SIAFI.	11.508,41
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	BAIXA DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO REFERENTE A BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET EM 2016 E NÃO BAIXADOS NA OCASIÃO.	-4.386.172,04
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	CORRECAO DOS REGISTROS DE BAIXAS DE BENS DOADOS A SOCIEDADE DE ASSITENCIA A MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIANT (SAMEAC), CONFORME PROCESSO: 019650/2014-63. NA OCASIAO DA BAIXA, REALIZADA EM JUNHO/2016, FOI UTILIZADO RELATORIO EMITIDO PELO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL QUE NAO INFORMOU CORRETAMENTE O VALOR DOS BENS REAVALIADOS.	6.649,12
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		6.500,37
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP		44.169,69
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES		31.384,78
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO		1.279,69
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		9.201,40
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS		26.356,30
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS		369,00
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS		126,50
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS		204.965,67
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		843.067,25
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS		7.153,55
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO		2.854,26
123110303	MOBILIARIO EM GERAL		29.605,41



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO		22.986,59
<b>TOTAL</b>			<b>-6.052.157,47</b>

## 5.2 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio do órgão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis serão testados anualmente. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, a UFC apresentou um saldo de R\$ 404.704,35 relacionado ao intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2016 e 31/12/2017.

**Tabela 04 – Intangível – Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	5.069,90	77.806,25	-93,48%
Software com Vida Útil Indefinida	399.634,45	345.642,00	15,62%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	0	16.910,00	-100,00%
Amortização Acumulada	0	-77.806,26	-100,00%
<b>Total</b>	<b>404.704,35</b>	<b>362.551,99</b>	<b>11,63%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil indefinida, que representa 98,75% do grupo. Comparando-se os valores ao final do ano de 2017 com o final do ano de 2016 percebe-se



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

que foram baixados a maioria dos valores referentes aos Softwares com Vida Útil Definida. Esse procedimento foi adotado em decorrência do processo de revisão dos valores registrados no ativo intangível realizado no segundo trimestre de 2017. Todos os valores foram testados, através de processo de coleta de informações juntos às unidades que utilizam/utilizavam os Softwares. O quadro a seguir resume os registros contábeis efetuados em função do processo de revisão dos valores de softwares.

**Tabela 05 – Intangível – Quando Resumo da Revisão de Valores do Intangível - Softwares R\$**

Tratamento Contábil	Valor
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Definida totalmente amortizados sem expectativa de geração de benefícios futuros	<b>27.614,80</b>
Softwares com vida Útil Definida reclassificados para Vida Útil Indefinida	<b>50.191,45</b>
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Indefinida sem expectativa de geração de benefícios futuros	<b>3.999,00</b>
Softwares com Vida Útil Indefinida que permaneceram inalterados	<b>349.443,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017

#### 5.2.1 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A UFC avaliou, durante o segundo trimestre de 2017, os ativos do intangível para identificar se havia indícios de não recuperação do seu valor contábil. Durante o processo de revisão não foram identificados Softwares em situação de imparidade.

#### 5.2.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Durante o primeiro trimestre, foram baixados valores registrados no intangível referente a Marcas e Patentes Industriais em Contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores. Os ajustes totalizaram R\$ 16.910,00 e ocorreram porque os valores que haviam sido contabilizados neste grupo eram referentes a despesas de manutenção de patentes, indevidamente registradas como Ativo Intangível durante o ano de 2016. O quadro a seguir apresenta os registros decorrentes da revisão dos ativos intangíveis que tiveram como contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Tabela 06 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Intangível - SoftwaresConta			
Contábil		Descrição da Movimentação	VALOR
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	3.900,00
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	38.635,38



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 037/2017/POS GRADUACAO EM BIOQUIMICA	3.581,07
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 011/2017/MAUC	4.075,01

Fonte: SIAFI, 2017

### 5.3 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

O saldo deste grupo se refere a valores de férias a pagar, que são registrados em contrapartida do reconhecimento das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), em obediência ao princípio da competência.

### 5.4 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.006,967,26 relacionados com fornecedores e contas a pagar. A seguir, apresenta-se a tabela segregando essas obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros e, entre circulante e não circulante. A totalidade dos fornecedores e contas a pagar é composta por compromissos de curto prazo e pelo item Credores Nacionais, como pode-se observar na tabela a seguir.

**Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	4.006.967,26	3.571.730,61	12,19%
Nacionais	4.006.967,26	3.571.730,61	12,19%
<b>Total</b>	<b>4.006.967,26</b>	<b>3.571.730,61</b>	<b>12,19%</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

**Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor**

R\$	31/12/2017	AV (%)
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	1.671.775,61	41,72%
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA - EPP	899.912,72	22,46%
MULTEMPREX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO, EVENTOS	645.606,33	16,11%
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	309.336,67	7,72%
SAMIR CAVALCANTE AUR - ME	218.523,66	5,45%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORÇ.FINANC.	82.697,51	2,06%
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	55.937,06	1,40%
Demais	123.177,70	3,07%
<b>Total</b>	<b>4.006.967,26</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Os valores pendentes de pagamentos aos fornecedores: ISM Gomes de Matos, Samir Cavalcante Aur – ME e Trivale Administração LTDA, dizem respeito às liquidações realizadas durante



---

### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

---

o mês de dezembro de 2017 que até 31/12/2017 estavam aguardando descentralização de recursos financeiros para pagamento.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura são referentes a liquidações feitas nos meses de outubro e novembro de 2017, de despesas custeadas com orçamento descentralizado por outros órgãos, que em 31/12/2017 estavam aguardando a remessa de recursos financeiros, por parte dos órgãos descentralizadores, para que se pudesse efetivar o pagamento.

Encontram-se pendentes há longa data:

- (a) PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda - EPP: Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o Registro de Preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para Auditórios, Anfiteatros, Concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria;
- (b) MULTEMPREX Comercio e Serviços de Alimentação, Eventos: Os valores em aberto são decorrentes da Dispensa de Licitação nº 83/2011, cujo objeto foi a contratação de empresa para o fornecimento de refeições. Os valores pendentes de pagamento dessa empresa decorrem de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso para que o crédito em favor dela seja utilizado para abater dívida pendente com a UFC, apurada em decorrência de processo de tomada de contas especial nº 017.774/2012-35 e recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria;
- (c) FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL: Os valores a pagar ao Fundo de Imprensa Nacional se referem a faturas do Contrato nº 43/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse da UFC. Essas faturas foram liquidadas em 2015 e encontram-se pendentes por ocasião da apuração de possíveis pagamentos feitos em duplicidade ao Fundo de Imprensa Nacional.

#### 5.5 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo sofreu um acréscimo de 18,49% quando se compara o saldo ao final do mês de dezembro/2017 com o saldo de dezembro/2016. Esse acréscimo se justifica principalmente em função de um maior volume de valores pendentes de pagamento ao final do exercício de 2017 referente à Bolsas de Tutoria Acadêmica e Preceptoria para os cursos de medicina que funcionam em locais sem hospitais próprios, que é o caso do curso de medicina que funciona na cidade de Sobral.



## Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Esses valores ficaram pendentes, ao final do exercício de 2017, aguardando remessa de recursos financeiros pelo Ministério da Educação para efetuar o pagamento.

### 5.6 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo

O saldo deste grupo representa 94,11% do total do passivo exigível ao final do ano de 2017. Os valores registrados neste grupo são referentes a Precatórios de Pessoal. Não houve variação do saldo deste grupo durante o exercício de 2017.

### 5.7 Ajustes de Exercícios Anteriores

A Tabela a seguir apresenta os valores mais relevantes movimentados nesta conta no ano de 2017:

<b>Tabela 9 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Resumo</b>	
<b>R\$Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo</b>	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	-23.260.441,14
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS para a conta SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA)	23.260.441,14
Baixa de Valores referentes a adiantamentos de transferências voluntárias, registradas no Ativo em exercícios anteriores, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 1320/2017. Os valores referentes as transferências voluntárias passaram a ser registrados em contas de controle	-6.751.850,82
Contrapartida da baixa de valores de Obras em Andamento referente a obras concluídas e registradas no Sistema de Gestão de Bens Imóveis da União(SPIUNET) em 2016 sem a devida baixa da conta de Obras em Andamento	-4.559.717,31
Ajuste do valor de reavaliação de bens imóveis (Mobiliário em Geral) que havia sido registrada de forma equivocada em exercícios anteriores	-2.714.300,00
Baixa de valores do ativo referentes a créditos decorrentes de pagamentos indevidos, apurados no âmbito de Tomada de Contas Especial (TCE) ainda não julgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por conta da mudança de política contábil, conforme Manual SIAFI - Macrofunção SIAFI 021138. Os créditos desta natureza passaram a ser reconhecidos em contas de controle até que ocorra o julgamento pelo TCU das contas objeto da TCE.	-2.380.286,27
Ajustes feitos em contrapartida do reconhecimento de valores a receber por cessão de pessoal referente a exercícios anteriores	2.632.158,48
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.818.369,41
<b>Saldo ao final do exercício de 2017</b>	<b>-15.592.365,33</b>

Fonte: SIAFI 2017

### 5.8 Obrigações Contratuais



### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Em 31/12/2017, a Universidade Federal do Ceará(UFC) possuía um saldo de **R\$ 206.051.028,17** de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a tabela segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição** R\$

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	1.536.280,10	1.023.162,18	50,15%
Fornecimento de Bens	7.050.135,09	5.324.585,90	32,41%
Seguros	1.418.520,27	505.405,73	180,67%
Serviços	196.046.092,71	177.273.517,04	10,59%
<b>Total</b>	<b>206.051.028,17</b>	<b>184.126.670,85</b>	<b>11,91%</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 95,14% do total das obrigações assumidas pela UFC ao final do mês de dezembro/2017 e sofreram acréscimo de 10,59% em relação ao final do exercício de 2016.

As obrigações contratuais a executar referentes aos contratos de seguros apresentaram um incremento de 180,67% quando se compara o saldo ao final do ano de 2017 com o mês de dezembro de 2016. Esse acréscimo decorre do registro equivocado de valores referentes a assinatura de contratos de serviços na conta de contratos de seguros. O saldo das contas foi regularizado durante o mês de fevereiro/2018. Desconsiderando o registro equivocado dos valores, o valor de contratos de seguros a executar, ao final do ano de 2017, seria 5,30% menor em relação ao saldo de dezembro/2016, assim, não houve alteração relevante no saldo dos contratos dessa natureza durante o ano de 2017.

Os contratos de aluguéis apresentaram um acréscimo de 50,15% quando se compara o saldo de dezembro/2017 com o de dezembro/2016. Esse acréscimo decorre principalmente da assinatura dos contratos: nº 013/2017, cujo objeto é a locação das unidades 101,102,201,202,301 e 302 do Ed. Palmares, imóvel situado no endereço Rua Júlio Ibiapina, nº 222, Bairro: Meireles, Fortaleza-CE, para abrigar as instalações de ensino do LABOMAR/UFC.

**Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado** R\$

			31/12/2017	AV (%)
Contratado(a) A:	07783832000170	CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	32.240.847,09	15,65%
Contratado(a) B:	07875818000105	CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	13.282.840,20	6,45%
Contratado(a) C:	07360290000123	SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	12.248.849,03	5,94%
Contratado(a) D:	04768702000170	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INST	11.065.784,18	5,37%
Contratado(a) E:	08918421000108	FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO	9.543.465,42	4,63%





### Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017

Contratado(a) F:	07040108000157	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE	9.413.022,11	4,57%
Contratado(a) G:	05330436000162	FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	8.329.829,69	4,04%
Contratado(a) H:	07047251000170	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	8.080.153,40	3,92%
Demais Contratos do Órgão			101.846.237,05	49,43%
<b>TOTAL</b>			<b>206.051.028,17</b>	<b>100,00%</b>

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 33,41% do total de obrigações contratuais da UFC. A seguir são fornecidas mais informações acerca dos mesmos:

Contratada A: Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra - refere-se a quatro contratos cujo objeto é a contratação de serviços de terceirização de mão de obra. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

**Tabela 12 - tipos de contratos da empresa Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra**

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
05/2016	Apoio Administrativo	03/02/2017 a 02/02/2018 data da ass.: 12/01/2017
65/2012	Limpeza	23/11/2017 a 22/11/2018 data da ass.: 16/11/2017
89/2014	Serviços Auxiliares – Agropecuária	01/11/2017 a 31/10/2018 data da ass.: 24/10/2017
02/2013	Apoio Administrativo	09/01/2017 a 08/01/2018 data da ass.: 05/01/2017

Fonte: SIASG, 2017

Contratado B: CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento - refere-se ao contrato nº 07/2016, assinado em 30/12/2015 que tem como objeto prestação de serviços pela contratada para realizar ações de monitoramento e avaliação do programa seguro desemprego com vigência de 05/02/2016 a 05/02/2018.

Contratado C: SERVAL Serviços de Limpeza Ltda – referente a 02 contratos cujos objetos são detalhados na tabela a seguir:

**Tabela 13 - Tipos de contratos da empresa SERVAL – Serviços de Limpeza Ltda**

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
44/2014	Limpeza e Manutenção de áreas verdes	01/08/2017 a 31/07/2018 data da ass.: 31/07/2017
71/2014	Apoio Administrativo - Porteiro e Recepcionista	04/10/2017 a 03/10/2018 data da ass.: 03/10/2017

Fonte: SIASG, 2017;

Contratada D: ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INST. – refere-se ao contrato nº 23/2017 cujo objeto é a prestação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, assinado em 05/06/2017, com vigência de 05/06/2017 a 04/06/2018.



Ministério da Educação – MEC  
Universidade Federal do Ceará  
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD)  
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF)

---

## **Notas Explicativas – Balanço Patrimonial - 2017**

---